

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.363.920 - RS (2018/0237959-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA E OUTRO(S) - RS095750A
SERVIO TULIO DE BARCELOS - RS095803A
AGRAVADO : JONAS JOSE KOBBS
ADVOGADOS : AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN - RS028958
DOUGLAS RAFAEL GOETZE E OUTRO(S) - RS050063
JOÃO PEDRO WEIDE E OUTRO(S) - RS057079
RENAN RAMOS FERREIRA E OUTRO(S) - RS075716
RENAN TELÖKEN E OUTRO(S) - RS082371

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial por incidência das Súmulas n. 83 do STJ e 282 e 356 do STF (e-STJ fls. 215/221).

O acórdão do TJRS está assim ementado (e-STJ fl. 166):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DE POUPANÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CABIMENTO. São devidos honorários advocatícios pelo serviço prestado na fase do cumprimento de sentença, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário, segundo a atual orientação do STJ, definida quando do exame do RESP. 1.134.186 (Recurso Repetitivo). Na hipótese dos autos, não houve o pagamento do débito no prazo do art. 523 do NCPC, mas mero depósito de valores para garantia do juízo, o qual não se equipara ao pagamento voluntário, tanto que oposta impugnação, sendo, portanto, devida a verba honorária para a fase de cumprimento de sentença. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 181/188), interposto com base no art. 105, III, "a" e "c", da CF, o recorrente apontou, além de dissídio jurisprudencial, violação:

(a) dos arts. 784,783 e 803 do CPC/2015 (e-STJ fl. 187) e

(b) do art. 523 do CPC/2015, afirmando que não seria devido incluir nos cálculos do cumprimento da sentença coletiva proferida na ação civil pública o valor referente aos honorários e à multa prevista no dispositivo, pois teria realizado, no prazo legal, o depósito da quantia executada, sendo tal depósito, efetuado para garantir o exercício do contraditório, equivalente ao pagamento voluntário.

Foram ofertadas contrarrazões, requerendo-se a aplicação das sanções previstas no art. 81 do CPC/2015 (e-STJ fls. 208/212).

No agravo (e-STJ fls. 226/261), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Não foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 264/265).

É o relatório.

Decido.

O TJRS reconheceu ser devido arbitrar honorários no cumprimento de sentença, tendo em vista que (e-STJ fl. 173):

[...] no caso concreto, não houve o pagamento do débito no prazo do art. 523 do NCPC, mas mero depósito de valores para garantia do juízo, o qual não se equipara ao pagamento voluntário, tanto que oposta impugnação, sendo, portanto, devida a verba honorária para a fase de cumprimento de sentença.

EM FACE DO EXPOSTO, voto no sentido de dar provimento ao agravo de instrumento, para que seja fixado honorários para a fase de cumprimento de sentença de 10% sobre o valor do débito.

A Corte Especial do STJ, ao julgar, sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, o REsp n. 1.134.186/RS (Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, julgado em 1º/8/2011, DJe 21/10/2011), firmou o entendimento de que "são cabíveis honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença, haja ou não impugnação, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário a que alude o art. 475-J do CPC, que somente se inicia após a intimação do advogado, com a baixa dos autos e a aposição do 'cumpra-se'".

Tal orientação foi consagrada com a edição da Súmula n. 517 (CORTE ESPECIAL, DJ 26/2/2015, DJe 2/3/15), segundo a qual "são devidos honorários advocatícios no cumprimento de sentença, haja ou não impugnação, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário, que se inicia após a intimação do advogado da parte executada".

A tese de que o depósito da quantia exequenda equivaleria ao pagamento voluntário não encontra acolhida no entendimento das Turmas da Segunda Seção, firme no sentido de que "a atitude do devedor, que promove o mero depósito judicial do *quantum* exequendo, com finalidade de permitir a oposição de impugnação ao cumprimento de sentença, não perfaz adimplemento voluntário da obrigação, autorizando o cômputo da sanção de 10% sobre o saldo devedor, porquanto a satisfação da obrigação creditícia somente ocorre quando o valor a ela correspondente ingressa no campo de disponibilidade do exequente; permanecendo o valor em conta judicial, ou mesmo indisponível ao credor, por opção do devedor, por evidente, mantém-se o inadimplemento da prestação de pagar quantia certa" (REsp n. 1.175.763/RS, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/6/2012, DJe 5/10/2012).

No mesmo sentido:

AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. 1. REALIZAÇÃO DE DEPÓSITO DESTINADO À GARANTIA DO JUÍZO E A VIABILIZAR A APRESENTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO. PAGAMENTO VOLUNTÁRIO DO DÉBITO RECONHECIDO JUDICIALMENTE. NÃO OCORRÊNCIA. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ. 2. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE, ANTE A AUSÊNCIA DE PAGAMENTO VOLUNTÁRIO NO PRAZO DE QUINZE DIAS 3. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO E NÃO CONHECIDO O SEGUNDO.

1. Segundo entendimento firmado no âmbito da jurisprudência desta Corte de Justiça, iniciado o cumprimento de sentença, com a intimação do advogado do executado para

pagar voluntariamente a importância reconhecida no título executivo judicial nos quinze dias seguintes, a realização do depósito, a depender de sua finalidade, pode ou não ilidir a multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC. Se o depósito tiver por propósito o pagamento do débito, inaplicável a aludida sanção, assim como descabido o arbitramento de honorários advocatícios. Se, todavia, o depósito tiver por escopo, única e exclusivamente, a garantia do juízo (também denominado de penhora automática), a viabilizar a apresentação de impugnação, desta data se inicia o prazo para a apresentação de sua defesa, sem, contudo, ilidir a multa do art. 475-J, CPC, ensejando, nesse caso, a fixação de honorários advocatícios (Nesse sentido: REsp 1446322/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 04/05/2015) 1.1 Diversamente do que alega o recorrente, a decisão não olvida que o agravante ingressou nos autos depois de iniciada a execução. Nos termos da lei processual, intimado o executado (no caso, o originário) a proceder voluntariamente ao pagamento do título judicial no prazo de quinze dias, e não o fazendo, o credor faz jus a multa prevista no art. 475-J, do CPC. O ingresso posterior (e voluntário) no feito executivo pelo adquirente do imóvel não muda essa circunstância, notadamente levando-se em conta que o depósito por este efetuado, como visto, sequer teve a natureza de pagamento, mas sim de garantia do Juízo.

2. Conforme entendimento pacífico do STJ, firmado em sede de recurso representativo da controvérsia (REsp 1134186/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 01/08/2011, DJe 21/10/2011), "São cabíveis honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença, haja ou não impugnação, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário a que alude o art. 475-J do CPC, que somente se inicia após a intimação do advogado, com a baixa dos autos e a aposição do "cumpra-se" (REsp. n.º 940.274/MS)".

3. Agravo regimental improvido e, em atenção à preclusão consumativa e ao princípio da unirrecorribilidade, não se conhece do segundo agravo regimental constante de fls. 899-904, erroneamente contraposto, conforme reconhecido pelo próprio insurgente. (AgRg nos EDcl no REsp n. 1.445.301/SP, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 8/3/2016.)

Pelo que se observa do contexto fático delineado na origem, após a intimação do advogado da parte executada, não houve pagamento voluntário da dívida.

Assim, estando o acórdão recorrido em consonância com o posicionamento desta Corte sobre a matéria, impõe-se a aplicação da Súmula n. 83/STJ como óbice ao recurso interposto por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

A deficiência na fundamentação recursal ficou evidenciada, visto que o recorrente, apesar de apontar ofensa aos arts. 783, 784 e 803 do CPC/2015 (e-STJ fl. 187), não especificou de que forma referida legislação teria sido contrariada pelo acórdão recorrido, inviabilizando a compreensão da controvérsia.

Assim, "tal deficiência, com sede na própria fundamentação da insurgência recursal, impede a abertura da instância especial, nos termos da Súmula 284 do STF, aplicável, por analogia, neste Tribunal" (AgRg no REsp n. 1.131.444/SP, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/8/2013, DJe 5/9/2013).

Por fim, rejeito o pedido de condenação do recorrente à multa por litigância de má-fé, visto que não demonstrada conduta maliciosa ou temerária, a justificar tal sanção, pois o recorrente tão somente intentava a reforma da decisão que lhe foi desfavorável.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator